

REFLEXOS DA ADIMPLÊNCIA ESPELHADA NO SERVIÇO AUXILIAR DE INFORMAÇÕES PARA TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS (CAUC) PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

**Um estudo de caso do Município de
Salvador**

Graziela Miranda Neri

Problema apresentado

Quais os impactos da adimplência dos registros espelhados no **Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC)** para a administração pública municipal?

- A adimplência dos requisitos espelhados no CAUC viabiliza a captação de recursos advindos das transferências voluntárias e de operações de crédito, que são revertidos em políticas públicas;
- Desenvolvimento dos Municípios e a redução das desigualdades sociais;
- Incrementam a autonomia financeira dos Municípios, em especial os menores que sofrem com a deficiência de sua própria arrecadação;

Atendimento Requisitos Fiscais

Portaria Interministerial 424/2016

Normas relativas às transferências de recursos da União

- Art. 22 - Rol de requisitos
- Alterações recentes:
 - ✓ Portaria Interministerial nº 101, de 20 de abril de 2017
 - ✓ Portaria Interministerial nº 451, de 18 de dezembro de 2017
 - ✓ Portaria Interministerial nº 114, de 7 de maio de 2018
 - ✓ Portaria Interministerial nº 235, de 23 de agosto de 2018
- Total de 22 exigências impostas

CAUC - Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias

- Regulamentado pela IN STN nº 01, de 17 de outubro de 2017;
- Quantidade de requisitos espelhados no CAUC:
 - ✓ 15 itens para os Municípios
 - ✓ 16 para os Estados e DF
- Tem caráter facultativo e espelha as informações disponíveis nos cadastros de adimplência ou sistemas de informações financeiras, contábeis e fiscais, geridos pelo Governo Federal.

O CAUC é dividido em 4 grupos:

Grupo I – Obrigações de Adimplência Financeira

Grupo	Obrigações de Adimplência Financeira
I	  Regularidade quanto a Tributos, a Contribuições Previdenciárias Federais e à Dívida Ativa da União   15/12/2019   PGFN/RFB
	  Regularidade quanto a Contribuições para o FGTS   29/10/2019   CAIXA
	  Regularidade em relação à Adimplência Financeira em Empréstimos e Financiamentos concedidos pela União   07/10/2019   SAHEM
	  Regularidade perante o Poder Público Federal    CADIN

Grupo II – Adimplência na Prestação de Contas de Convênio

Grupo	Adimplemento na Prestação de Contas de Convênios	
II	Item - 2.1 Regularidade quanto à Prestação de Contas de Recursos Federais recebidos anteriormente	
	  SIAFI/Subsistema Transferências   07/10/2019	 SIAFI/Subsistema Transferências
	  SICONV   07/10/2019	 SICONV

Grupo III – Obrigações de Transparência

Grupo	Obrigações de Transparência
III	  Encaminhamento do Relatório de Gestão Fiscal - RGF ↗  30/01/2020  STN/SICONFI
	  Encaminhamento do Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO ↗  30/11/2019  SICONFI/SIOPE
	  Encaminhamento das Contas Anuais ↗  30/04/2020  STN/SICONFI
	  Encaminhamento da Matriz de Saldos Contábeis ↗  31/10/2019  STN/SICONFI
	  Encaminhamento de Informações para o Cadastro da Dívida Pública - CDP ↗  07/10/2019  SADIPEM

Alteração do inc. XIX pela Portaria Interministerial nº 451, de 18 de dezembro de 2017

Grupo IV – Adimplemento de Obrigações Constitucionais ou Legais

Grupo	Adimplemento de Obrigações Constitucionais ou Legais		
IV		 4.1	Exercício da Plena Competência Tributária 
		30/04/2020	 STN/SICONFI
		 4.2	Aplicação Mínima de recursos em Educação 
		30/01/2020	 FNDE/SIOPE
	 4.3	Aplicação Mínima de recursos em Saúde 	
	07/10/2019	 MS/SIOPS	
	 4.4	Regularidade Previdenciária 	
	23/02/2020	 SPPS	

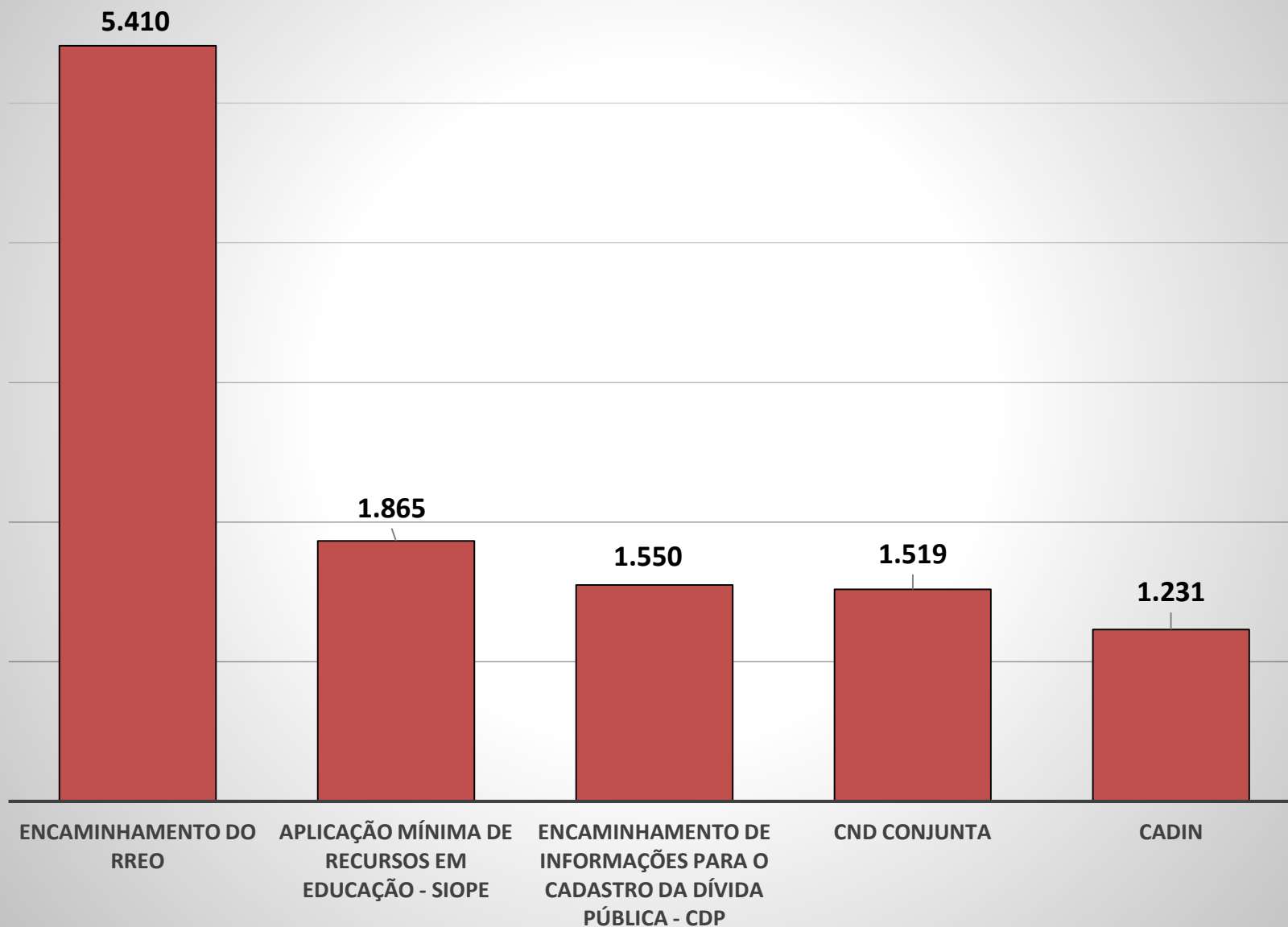
Adimplência Requisito essencial à transferências voluntárias e pactuação de operações de crédito

A lista de condições a serem cumpridas é extensa, fazendo com que boa parte dos Municípios não consigam satisfazer.

Dados da Confederação Nacional dos Municípios - CNM

- Na primeira semana de abril de 2019, foi registrado um **recorde de inadimplência** de Municípios que chegou a **5.452**, apenas 116 estavam adimplentes.

Ranking das faltas dos municípios



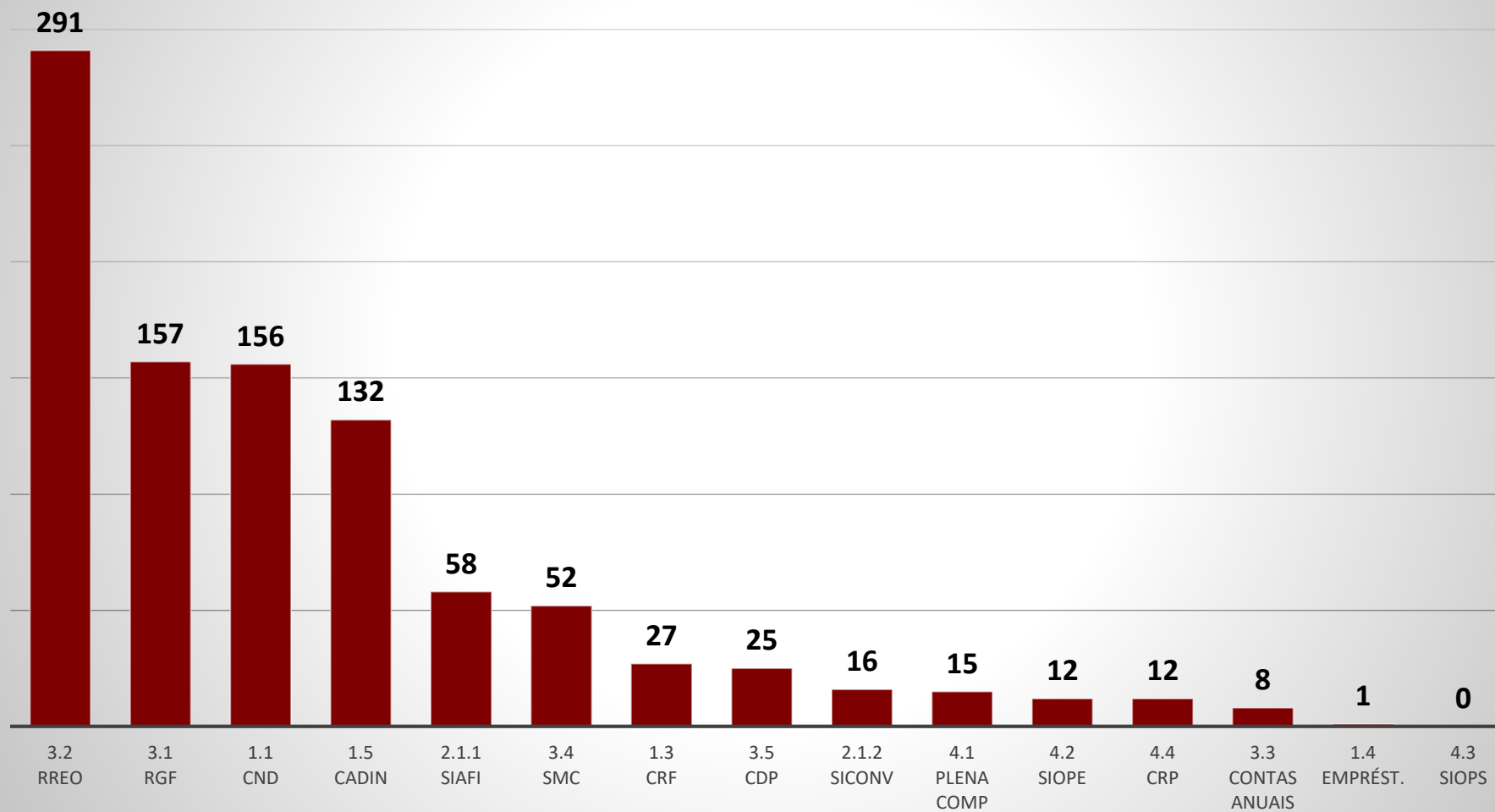
Relatório da Situação de Vários Entes Federados - STN

Municípios baianos

- Em 07 de outubro de 2019, constavam no **CAUC 355 Municípios baianos.**
- **Apenas 62** estavam adimplentes.

Ranking das faltas dos Municípios Baianos

CAUC 07/10/2019



Estudo de caso Município de Salvador

- Entre 2009 a 2012 o Município passou por séria crise financeira, administrativa e política;
- Rejeição das Contas Anuais no quadriênio;
- Em 2013 o TCM verificou um *déficit* R\$ 172.698.846,09 nas contas públicas de Salvador.

CAUC – JANEIRO DE 2013

ITEM	REQUISITO	FONTE	Nº PENDÊNCIAS	
I-OBRIGAÇÕES DE ADIMPLÊNCIA FINANCEIRA				
1.1	Regularidade quanto a Tributos e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União	RFB	7	
		PGFN	15	
1.2	Regularidade quanto a Contribuições Previdenciárias	RFB	79	
1.3	Regularidade quanto a Contribuições para o FGTS	CAIXA	2	
1.5	Regularidade perante o Poder Público Federal	CADIN	8	ANATEL
			12	IBAMA
			44	PGFN
II - ADIMPLENTO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVÊNIO				
2.1	Regularidade quanto à Prestação de Contas de Recursos Federais Recebidos Anteriormente	SIAFI	3	
III - OBRIGAÇÕES DE TRANSPARÊNCIA				
3.3	Encaminhamento das Contas Anuais	STN	1	
IV - ADIMPLENTO DE OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS OU LEGAIS				
4.1	Exercício de Plena Competência Tributária	CAIXA	1	
4.2	Aplicação Mínima de Recursos em Educação	SIOPE	1	
			173	

Ações Adotadas para a Adimplência e Manutenção da Regularidade

- Interesse político da Gestão;
- Reconhecimento da importância da regularidade;
- Instituição do Decreto 23.752 de 02 de janeiro de 2013;
- Elaboração de cartilha;
- Palestras;
- Interface com Órgãos e Entidade Municipais e Federais;
- **Monitoramento permanente e sistemático do CAUC**

Ações Adotadas para a Adimplência e Manutenção da Regularidade

- Diagnóstico detalhado dos problemas;
- Retificação de erros que impunham débitos;
- Entrega de declarações;
- Prestação de Contas;
- Pagamentos – Parcelamento de débitos;
- Ingresso de Ações Judiciais:
 - ✓ Suspensão exigibilidade de crédito;
 - ✓ Concessão de Medida Liminar;

Monitoramento e Controle da Regularidade do Município

Controle exercido envolve:

- Acompanhamento diário do CAUC;
- Articulação com Órgãos e Entidades da PMS, para adoção de providências à promoção das regularizações necessárias.
- Articulação com Órgãos e Entidades Federais;
- Viabilidade de renovação, dentro prazos de validade, da CND Conjunta, dos CRF, do CRP, regularidade perante o CADIN, SIAFI/SICONV, SICONFI, SIOPE e o SIOPS

Resultado

Em agosto de 2013:

ADIMPLÊNCIA do Município no CAUC;

Capacidade de crédito:

- ✓ Celebração de convênios e contratos de repasses;
- ✓ Contratação de operações de crédito instituições financeiras nacionais e internacionais;

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

CELEBRAÇÃO CONTRATOS REPASSE E CONVÊNIOS

- Entre 2013 a 2017 foram captados mais de **R\$ 405 milhões** por meio de celebração de **contratos e convênios**;
- Em 2017 foram **cadastradas 66 propostas**, com a assinatura de **31 instrumentos** (convênios e contratos);

CONVÊNIOS E CONTRATOS ASSINADOS ENTRE 2013 E 2017 - TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS E PAC

ANO	CONTRATOS DE REPASSE (EM R\$)		
	CONCEDENTE	CONTRAPARTIDA	TOTAL
2013	40.088.000,00	1.705.987,09	41.793.987,09
2014	18.047.359,82	159.780,00	18.207.139,82
2015	12.733.703,00	568.397,74	13.302.100,74
2016	12.421.490,35	284.497,51	12.705.987,86
2017	319.481.908,81	157.758,73	319.639.667,54
2013 - 2017	402.772.461,98	2.876.421,07	405.648.883,05

Fonte: Casa Civil/Gabinete Captação - Posição em 29/12/17

Propostas em Análise Passíveis de Captação junto a União - 2019

Edital do Fundo dos Direitos Difusos – Propostas Habilitadas e em fase de Seleção

PROPOSTA Nº	OBJETO	VALOR
41018/2019	Requalificação do Museu da Misericórdia	R\$ 9.986.930,00
41091/2019	Requalificação do Mercado Modelo	R\$ 17.819.080,00

Propostas Voluntárias – Propostas em análise pelos Ministérios

PROPOSTA Nº	OBJETO	VALOR
21837/2019	Requalificação de 4 Fontes Históricas	R\$ 399.000,00
21885/2019	Implantação do Memorial 2 de Julho	R\$ 1.530.000,00
21852/2019	Implantação de Sinalização Turística no Centro Histórico	R\$ 1.995.000,00
23321/2019	Aquisição de 1 Centro de Atendimento ao Turista – CAT Móvel	R\$ 498.000,00
23950/2019	Implantação do Parque de Mata Escura	R\$ 4.990.000,00
23964/2019	Aquisição de Equipamentos para o Parque Marinho da Barra	R\$ 199.000,00

Emendas Parlamentares de Relatoria – Que NÃO se enquadram como orçamento Impositivo

PROPOSTA Nº	OBJETO	VALOR
32823/2019	Requalificação da Lagoa da Timbalada	R\$ 1.295.019,16
33307/2019	Requalificação do Mercado Modelo	R\$ 9.538.610,04
40040/2019	Requalificação da Rua do Éden – Mata Escura	R\$ 911.877,39

R\$ 49.162.516,59

Operações de Crédito Vigentes e em Negociação

Operação de Crédito	Valor Autorizado	Saldo Desembolsado até Set/19	Status	Lei Autorizativa	Data de Assinatura
BNDES/PMAT	R\$ 50.880.499,20	R\$ 30.049.314,75	Contratada	8.653/2014	04/05/2015
CEF/BRT	R\$ 300.000.000,00	R\$ 10.886.554,43	Contratada	8.481/2013 e 8788/2015	26/08/2016
CEF/CPAC	R\$ 108.000.000,00	R\$ 9.825.326,86	Contratada	8.481/2013 e 8788/2015	15/09/2016
CEF/FINISA	R\$ 75.000.000,00	R\$ 43.724.089,15	Contratada	9.288/2017	12/01/2018
BID/PRODETUR	\$ 52.512.340,00	R\$ 8.152.644,00	Contratada	8.652 /2014	06/06/2017
BIRD/ SALVADOR SOCIAL	\$ 125.000.000,00	R\$ 225.963.269,03	Contratada	9.182/2016	11/07/2018
BID/MANÉ DENDÊ	\$ 67.500.000,00	R\$ 4.536.000,00	Contratada	9.181/2016	26/06/2018
CAF/PROQUALI	\$ 60.700.000,00	R\$ 16.174.102,03	Contratada	9.370 /2018	18/12/2018
CEF/PNAFM 3	R\$ 35.000.000,00	R\$ -	Contratada	9.379 /2018	26/04/2019
CEF/FINISA 2	R\$ 104.000.000,00	R\$ -	Em negociação	PLE 234/2019	
Total (em Reais)	R\$ 1.895.729.859,20	R\$ 349.311.300,25			
PTAX	R\$ 4,00				

- 2013 a 2019 a Prefeitura acumulou 10 operações de crédito em carteira de mais de R\$ 2,5 bilhões, considerando o valor de contra partida, aprovados pelo Cofix e STN;

OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATADAS E EM NEGOCIAÇÃO DE 2013 A 2017

PROJETO	ORIGEM	EM R\$1.000,00		
		FINANCIADO	CONTRAPARTIDA	TOTAL
Contratadas		632.591	191.993	824.584
Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básico-PMAT	BNDES	50.880	18.282	69.162
BRT Lapa-Iguatemi/Pró-Transporte - Trecho 1	Caixa Econômica Federal	300.000	---	300.000
BRT Trecho 1 - contrapartida do Pró-Transporte	Caixa Econômica Federal	108.000	---	108.000
Implementação de Ações de Desenvolvimento Turístico - PRODETUR SALVADOR	Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID	173.711	173.711	347.422

PROJETO	ORIGEM	EM R\$1.000,00		
		FINANCIADO	CONTRAPARTIDA	TOTAL
A Contratar		1.025.466	693.142	1.718.608
BRT Trecho 2 - Lapa-Iguatemi - contrapartida do OGU	Caixa Econômica Federal	62.000	---	62.000
Salvador Social	Banco Mundial - BIRD	413.500	413.500	827.000
Programa de Saneamento e Urbanização do Subúrbio - 1ª Etapa: Projeto Novo Mané Dendê	Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	223.290	223.290	446.580
Programa de Requalificação Urbana de Salvador - PROQUALI	Banco de Desenvolvimento da América Latina - CAF	200.796	50.199	250.995
Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básico-PMAT	BNDES	50.880	6.153	57.034
Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento - FINISA	Caixa Econômica Federal	75.000	---	75.000
TOTAL		1.658.057	885.135	2.543.193

Adimplência CAUC

Município de Salvador

- Em 2013 a adimplência do Município de Salvador foi um dos resultados das ações de ajuste fiscal, que objetivou o equilíbrio das contas e o aumento da arrecadação;
- A manutenção do CAUC é uma das ações prioritárias da Gestão Municipal;
- Viabiliza a captação de recursos advindos das transferências voluntárias e de operações de crédito, que são revertidos em políticas públicas.

Graziela Miranda Neri
Assessora do Secretário Municipal da Fazenda PMS

Contato:

e-mail: grmneri@sefaz.salvador.ba.gov.br

grmneri@gmail.com

Telefones: (71) 3202-8408 / (71) 9.9350-9993

Obrigada!

REFLEXOS DA ADIMPLÊNCIA ESPELHADA NO SERVIÇO AUXILIAR DE INFORMAÇÕES PARA TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS (CAUC) PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

**Um estudo de caso do Município de
Salvador**